

MOZAMBIQUE 136

RURAL DEVELOPMENT

=====

News reports & clippings no. 136 from Joseph Hanlon

17 September 2008 (j.hanlon@open.ac.uk)

=====



Firmino Mucavele (F. Laice)

Investimentos na revolução verde : Mais de 400 milhões de dólares seriam necessários anualmente

TENDO em conta que a agricultura é uma das áreas mais importantes na vida dos moçambicanos e, segundo estatísticas, 30 por cento do Produto Interno Bruto vêm da agricultura, a “revolução verde”, de acordo com especialistas do ramo, pressupõe grandes investimentos, para ter sucessos. Neste sentido, o ideal seria envolver três sectores fundamentais, nomeadamente o familiar, que ocupa 70 por cento da produção nacional, o das pequenas e médias empresas e o sector das agro-indústrias. De acordo com o Prof. Doutor Firmino Mucavele, docente da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane (FAEF), falando recentemente em entrevista ao “Notícias”, o país deveria ter estratégias específicas para cada um destes três sectores. Estudos feitos pela FAEF indicam que, em princípio, deveria existir um programa muito bem desenhado e, se possível, uma equipa única, multidisciplinar e multisectorial, sobre a cadeia alimentar, desde a produção pelo Ministério da Agricultura, a industrialização e comercialização pelo Ministério da Indústria e Comércio, a criação de infra-estruturas no campo, estradas, armazéns, bancos, ligados mais ao Ministério de Planificação e Desenvolvimento. “Os cálculos que nós fizemos, baseados nas necessidades de segurança alimentar, produção e de infra-estruturas e tendo como base o ano de 2007, indicam-nos que precisaríamos de 450 milhões de dólares por ano para atacar devidamente a questão da segurança alimentar. Este valor inclui toda a cadeia de produção, comercialização, transformação e distribuição”, explicou, acrescentando que isso seria o ideal para considerar que estamos a fazer uma viragem na produção agrícola. De acordo com Mucavele, o investimento

deveria ser feito não só para um ano, mas sim para os próximos 15 anos. O que significa que se o país fizer estes investimentos, as mudanças serão drásticas, atacar-se-á o problema da semente, sem a qual não é possível haver “revolução verde”. Infelizmente, neste momento, de acordo com o nosso entrevistado, a semente não é suficiente para poder produzir e corresponder às necessidades do país. “Alguns países criam o ‘quartel general da semente’ e ela não é exportada sem autorização. Há outros que declararam que não vão vender a semente a não ser que tenham um excedente”, explicou Mucavele, que nesta longa entrevista ao nosso Jornal faz uma abordagem sobre aquilo que, na sua perspectiva, seria o ideal para que Moçambique possa levar a bom termo a almejada “revolução verde”. Na impossibilidade de publicar a entrevista na íntegra, transcrevemos, de seguida, as partes que consideramos mais significativas.

Maputo, Segunda-Feira, 15 de Setembro de 2008::
Notícias

NOTÍCIAS (NOT) – O Governo moçambicano virou as suas atenções, nos últimos tempos, para a introdução de uma maior dinâmica ao sector da agricultura, através de uma estratégia denominada “revolução verde”, visando o aumento da produção e da produtividade. Mas, pelo que nos parece, a aposta está a ser feita, sobretudo, na agricultura de subsistência. É possível alcançar os objectivos pretendidos investindo apenas neste sector?

FIRMINO MUCAVELE (FM) - Partindo do princípio de que há aquilo que eu chamo de factores básicos, por um lado a população está a crescer cada vez mais. No caso de Moçambique, a taxa de crescimento é de 2,7 por cento ao ano, mas, em contrapartida, o crescimento da produção alimentar é praticamente de zero em termos de taxas. O que significa que o crescimento da população é maior que o da produção alimentar. Isso quer dizer que a disponibilidade alimentar *per capita* (por pessoa) vai diminuindo. Mas, olhando para o que acontece no mundo, veremos que os custos de produção aumentaram, devido à subida dos preços dos combustíveis e da energia no geral. Pode ser a energia eléctrica ou outras formas de energia. Houve uma subida dos encargos de produção e quando estes encargos sobem, o custo por unidade dos alimentos também sobe. Isso faz com que a demanda dos produtos numa primeira fase reduza e os produtores perdem. No que diz respeito à oferta de produtos alimentares, acontece que uma parte da área nos Estados Unidos da América que era destinada à produção alimentar foi designada para a produção de culturas que poderiam ser transformadas em biodiesel, e isso diminuiu a produção que era para a alimentação e encareceu-a. Então, nós temos aqui factores múltiplos que são multiplicadores, de um lado, da procura e, do outro, da oferta. Há cada vez mais pessoas que precisam de alimentação.

NOT - Falou de factores múltiplos. Quais seriam os outros que contribuem para encarecer os produtos alimentares, para além dos que mencionou?

FM – Em termos de produtividade da força do trabalho, temos o HIV/SIDA, que não existia há 20 anos atrás, não era um factor predominante, mas agora já está a contribuir mesmo na redução do número de pessoas que estão envolvidas na produção directamente, diminuindo, portanto, factores de trabalho e de produção que poderiam ser utilizados. Então, isso vem aumentar mais as características que já tínhamos no início desta década. Também temos as mudanças climáticas. Verificamos que, especialmente nos trópicos (a maior parte dos países africanos está nos trópicos), aumentou a temperatura de uma maneira geral, passou a haver mais seca e estão a progredir as áreas que não são férteis, reduzindo mais as áreas de produção. No caso em que a produção continua, a produtividade baixou exactamente porque as espécies ou variedades que são cultivadas não são resistentes à seca e, justamente por isso, quando a temperatura baixou a humidade também baixou e aumentou o número de pragas. Portanto, as perdas pós-colheitas e perdas devido a insectos e doenças também aumentaram. Todos estes factores contribuíram para a redução drástica da produção alimentar. Por outro lado, a agricultura não tinha um financiamento significativo, comparado com outras áreas como o Comércio, Indústria e Turismo, que têm um investimento muito grande. Uma outra situação é que a maior parte das grandes empresas agro-industriais nos países desenvolvidos foi à falência, e aquelas que não faliram já não podem produzir alimentos baratos. Toda esta conjuntura faz com que em 2007/08 tenhamos esta crise alimentar. Tanto as Nações Unidas como nós em África decidimos que era necessário aumentar a produtividade, com as mesmas áreas que temos hoje. Temos que aumentar a quantidade produzida e esse aumento deve estar de tal maneira que a taxa de crescimento da produção seja maior que a taxa de crescimento da população.

NOT – Este desafio é o mesmo para o sector da agricultura em Moçambique?

FM – No nosso país o desafio consiste em implementar a “revolução verde”. A “revolução verde” já existe há quase 30 a 40 anos. No México foi decretada pelo Estado, que foi buscar empresas que tinham “know how” (conhecimento), como são os casos da Fundação Rockefeller e outras organizações ligadas à produção alimentar. O que fizeram, em primeiro lugar, foi decidir que culturas deveriam ser eleitas para o efeito, e escolheram o trigo e o milho, e mais tarde incluíram a mapira. Então, eles apostaram nestas três culturas que são a base de alimentação da população e era necessário trazer sementes altamente produtivas. E para ser revolução, eles ligaram toda a cadeia alimentar, desde a produção, a

transformação, a distribuição, a comercialização e o armazenamento. Toda a cadeia foi financiada, desde os insumos de produção, a produção, a transformação do trigo e do milho e criaram pacotes especiais para os mais pobres, para as camadas menos vulneráveis e para as grandes empresas. Outra coisa que fizeram foi investir nos serviços de extensão. Era a segunda linha. Fizeram com que houvesse dois tipos de extensão agrária, uma virada para os pequenos produtores e outra para médios e grandes agricultores. Portanto, não se cingiram aos pequenos agricultores. Isso fez com que se transformasse a agricultura em negócio. A cadeia funcionou, pequenos, médios e grandes produtores entraram num sistema de produção.

NOT - O sistema trouxe mais-valia no processo de produção...

FM - Isso favoreceu bastante. Houve uma ligação entre três sectores fundamentais: as instituições do Estado, as universidades e os centros de produção, e também as empresas privadas que jogam um papel importante na transformação de produtos, no fornecimento de serviços, na mecanização agrária e no financiamento de determinados aspectos de desenvolvimento rural, de infra-estruturas de armazenamento de produtos. Isso fez com que o custo unitário da produção do milho ou do trigo fosse baixo. Portanto, estas foram as condições criadas para a “revolução verde” no México...

NOT – Em algumas zonas do nosso país, se calhar em muitas, nem água temos para desenvolver a agricultura, dependendo da “boa vontade” da chuva. Como é que podemos pensar em mudanças significativas nestas condições?

FM - Para o nosso país o problema não é água, é ter a água na altura em que nós precisarmos dela e no lugar onde precisamos. Os sistemas de regadio que temos já não estão operacionais, mas alguns foram já recuperados, como é o caso de Chókwè e Xai-Xai. Na Zambézia está-se a fazer um grande esforço para a recuperação de alguns. Na minha opinião, ainda estamos a 40 ou 50 por cento daquilo que deveríamos fazer em termos de água e onde ela existe por vezes não é boa para a rega, ou porque é salubre ou a estrutura dos solos é salgada e lá a água também é salgada e nalguns casos fica seco. O outro elemento importante é o crédito aos agricultores, porque permite que eles tenham insumos a tempo e horas, possam comprar sementes e outros insumos, como incrementos agrícolas, possam comprar material para condicionamento e armazenamento dos produtos. Infelizmente, no nosso país a banca não está virada para a agricultura.

MAIORES RISCOS MAIORES LUCROS

Maputo, Segunda-Feira, 15 de Setembro de 2008:: Notícias

Um número considerável de instituições bancárias no nosso país não está a investir na agricultura, alegando riscos que correm em

relação ao retorno do investimento, sobretudo porque a agricultura que se pratica é de subsistência. Parece-nos ser esta a razão que torna difícil o acesso ao crédito bancário para o desenvolvimento desta actividade. Sobre esta questão, Firmino Mucavele explicou:

FM - Na teoria económica diz-se que onde há riscos há lucros, isto é, quanto maior é o risco, maior serão os juros. Portanto, esse não pode ser o problema. O facto é que a nossa banca ainda não está a trabalhar na agricultura, não temos seguros de culturas. Se houvesse seguro de culturas os bancos sairiam a ganhar. Nós sabemos que pelo menos de sete em sete anos, em algumas regiões, teremos cheias, e de cinco em cinco teremos secas. Então, se houvesse um sistema de seguro de culturas, esse prémio que é pago de ano para ano, depois compensa quando há secas, no caso dos agricultores, e quando não há seca, compensa para os bancos e poderia ser reinvestido em infra-estruturas de produção, que também geram dinheiro. E, quando não há cheias nem seca, é possível que o dinheiro seja usado para outros empreendimentos. Mas quando há cheias, convertem-se esses empreendimentos em espécie líquida que pode ser utilizada para apoiar os agricultores. Por outro lado, os próprios bancos, num ambiente bem desenvolvido, deveriam ter já cartas tecnológicas por culturas, não deveria ser o agricultor a ir ter, os próprios bancos, onde estão situados deveriam ter cartas tecnológicas de solos que estão lá, saber exactamente qual é o orçamento de cada cultura e quando alguém fosse para lá poderiam dizer os pacotes disponíveis, tal como fazem com o sector imobiliário ou de habitação. Por que não fazer o mesmo na agricultura? Os agricultores escolheriam os pacotes que lhes interessassem e o banco iria controlar se o empréstimo está a ser usado para os fins para os quais foi cedido. Assim, o crédito seria mais viável, mais eficiente. A “revolução verde” exige que estas acções sejam coordenadas, o uso da terra, dos solos, das sementes, da água e o crédito, estes devem vir sempre juntos, depois outra coisa são as políticas agrárias e de desenvolvimento...

NOT – Políticas agrárias...

FM – Sim. As políticas agrárias devem ser harmonizadas e sincronizadas. Por exemplo, a política de sementes, da comercialização e a de terra, estas três devem ser sincronizadas de tal forma que o indivíduo que quer produzir possa ter facilidades na aquisição da sementes e da terra para trabalhar. Isto tem que ir junto, mas muitas vezes o agricultor obtém a terra e não tem semente. Por outro lado, quando o agricultor tem estas duas componentes (terra e semente), não tem crédito ou o crédito que lhe é concedido ainda não acompanha o calendário agrário. Os bancos dão crédito e, passados 30 dias, querem que ele comece a pagar, mas agricultura não permite isso. Para a cultura de milho, por exemplo, o agricultor começa 60 dias antes da sementeira a fazer a primeira lavoura e a primeira gradagem.

Depois segue-se a segunda lavoura e a segunda gradagem, só depois disso é que pode semear, mas depois é preciso esperar pelo menos 120 dias para a parte vegetativa da cultura e só depois pode fazer a colheita. Significa que o processo de reembolso do crédito dado àquela cultura deveria iniciar-se seis meses depois, porque só nessa altura é que o agricultor tem algum dinheiro. Mas, na prática, não se funciona assim. O agricultor deve começar a pagar o crédito bancário antes da colheita e, caso não consiga, são-lhe impostas multas.

NOT - Um outro problema tem a ver com as garantias que as pessoas têm que colocar à disposição dos bancos. O que teria um camponês para colocar como garantia?

FM - Esse é outro problema, mesmo para aqueles que têm algo para oferecer como garantia. Suponhamos que alguém precisa de 20 milhões de meticais e o banco exige que ele participe com 25 por cento do valor solicitado, mas passado um mês deve começar a devolver o dinheiro emprestado. Este aspecto reforça aquilo que eu já disse: a falta de um calendário que acompanhe a actividade agrária, a falta de uma instituição bancária no meio rural. Aliás, esse é outro problema, porque se o indivíduo está, por exemplo, em Mecanhelas e quer aceder a um crédito, deve ir até Lichinga, e são muitos quilómetros de distância a serem percorridos e a estrada não está em condições de transitabilidade. Por isso, na minha opinião, tem que se criar uma acção concertada. Há muitas ideias que estão a surgir visando providenciar o crédito no meio rural. As microfinanças que estão por aí têm um custo de capital muito elevado. Portanto, deveríamos ter um banco de desenvolvimento que fosse mais agrário do que rural. É verdade que algumas pessoas não vão concordar comigo, mas quando falo de um banco de desenvolvimento refiro-me a bancos que, de um lado, recebem grandes fundos e são usados para construir infra-estruturas de produção, e, por outro lado, aqueles que fazem ligação dos diversos empreendimentos no campo, pois esses haviam de reduzir os custos de transacções referentes a transportes e à implementação do próprio programa. Quando falamos da “revolução verde” em Moçambique, idealmente, deveria ser isso.

NOT – Em termos práticos, o que traria um banco de desenvolvimento agrário?

FM - O banco de desenvolvimento agrário traria três produtos fundamentais. O primeiro seria um instrumento de desenvolvimento de infra-estruturas rurais, porque se os investidores não vão a Mecanhelas, no Niassa, ou a Chigubo, na província de Gaza, é porque não há estradas, nem electricidade. Então, o banco de desenvolvimento agrário iria participar no financiamento de estradas terciárias, na electricidade, no condicionamento de algumas infra-estruturas de desenvolvimento. Esse é o primeiro produto. O segundo seria dar garantia para o crédito dos

agricultores, porque um banco de desenvolvimento agrário tem juros mais baixos que variam de dois, quatro e no máximo seis por cento. Estes bancos que temos agora são comerciais e os juros são sempre acima de 17 por cento, não sustentáveis para a actividade agrária.

Por isso, os bancos de desenvolvimento são normalmente rurais e agrários, porque estão a lidar com o sector que constitui acumulação de capital para o país.

O terceiro produto tem a ver com tudo que é política agrária. Poderia ser muito bem analisado, com a dotação financeira, através da estrutura dos custos de produção, identificar os pontos fracos do sistema produtivo, porque onde entra dinheiro, a anotação das operações, dos métodos de cultivo, das tecnologias e das variedades é muito maior, porque há registo de todos os gastos e de todos os financiamentos que são feitos. Portanto, a contabilidade, mesmo do sector familiar, uma vez tendo contas no banco, possibilitará a identificação de falhas de financiamentos e de sectores não produtivos ou não eficientes, através da análise de créditos de financiamentos que estão nesses sítios. Isso provoca uma certa dinâmica na instituição de análise de políticas do Estado. Por outro lado, o sector privado poderia desenvolver-se melhor com esses bancos de desenvolvimento do que com os bancos comerciais. Aliás, um grande problema que temos no país é que não temos empresas agrárias privadas, temos alguns produtores que, para poderem participar na “revolução verde”, precisam de ir muito mais à frente. Estas são as razões da necessidade de um banco de desenvolvimento agrário.



(F. Laice)

AINDA BEM QUE A TERRA É DO ESTADO
Maputo, Segunda-Feira, 15 de Setembro de 2008:: Notícias

Num país onde a terra pertence ao Estado, como é que se resolve o problema das garantias do crédito bancário? É que, quando alguém vai pedir crédito para habitação, por exemplo, tem que oferecer como garantia a sua casa... No caso da agricultura, em que o camponês não tem quase nada, muitas vezes a própria machamba não lhe pertence, esta situação fica muito complicada. Porém, para Firmino Mucavele, ainda bem que a terra é do Estado. E explica porquê:

FM – Oitenta por cento da população moçambicana vivem no campo e 70 por cento desta mesma população estão na agricultura e não têm capacidade de compra, não têm capital. Portanto, se a terra não pertencesse ao Estado, teríamos muito mais fome do que temos agora; os camponeses não teriam um dos factores essenciais de produção, a terra. Por isso, não é problema o facto de a terra pertencer ao Estado, mas sim é um problema o facto de os camponeses não poderem usar a terra como colateral, porque, de facto, se usassem a terra como colateral e não aumentassem a produção, passados dois ou três anos perderiam essa terra, ao que ao fim de dez anos ela estaria nas mãos de privados e voltaríamos ao mesmo problema e ainda pior. Portanto, o problema não é a terra pertencer ao Estado, mas a falta de um arranjo institucional que transforme a terra num meio de produção ideal. Aquilo que é necessário é que o Estado providencie os insumos de produção para valorizar a terra. No caso de zonas onde os solos não são bons, transformá-los através da adição de fertilizantes para produzir mais. Então, o que precisamos são modelos de produção que possam aumentar a produtividade, o que significa que temos de parar de produzir em meio hectare, porque não fazemos “revolução verde” com isso. Então, para tal, temos que pegar em 20 hectares, meter tractores, fazer a primeira lavoura e gradagem, assim como a segunda para deixar a terra preparada para depois dividi-la, ir pelos pequenos agricultores e colocar os extensionistas para verificarem como é que é feita a colocação de adubos, por exemplo, fazer a análise de pragas que eventualmente poderão estar lá.

NOT – Isso traria alguma mais-valia ?~

FM – Claro. Estes agricultores que produziam 300 quilogramas de milho por hectare passam a produzir uma tonelada na mesma extensão de terra. Mesmo assim, o que produzem continua a ser muito baixo em relação aos países desenvolvidos, mas com uma tonelada de milho a família resolve o problema de segurança alimentar para todo o ano. Então, reduzindo o número de pessoas em situação de insegurança alimentar elas próprias passarão a ter menos doenças e poderão produzir mais, porque na maior parte do ano estarão bem. São esses modelos que precisamos. Eu nunca coloco essa questão de terra própria. Nós não temos capital, mas estamos a falar da privatização da terra. Os outros países fazem isso porque têm dinheiro. Nós só temos a terra como nosso capital. Então, ao permitirmos que o agricultor tenha um pedaço de terra para trabalhar, estamos a dar-lhe o capital. Agora, o problema é ensiná-lo a usar esse capital de forma mais eficiente, de tal forma que tenha semente boa para aquele solo adequado. Isso significa que temos que ter mais pesquisas e já se decidiu, há muito tempo, nos fóruns internacionais, que os países devem pôr um por cento do seu Produto Interno Bruto para a investigação.

NOT - E nós estamos a seguir esse postulado aqui em Moçambique?

FM - Eu não sei exactamente qual é a percentagem, mas é menos de um dólar. Nos últimos dez anos a investigação não tem merecido prioridade. Agora vamos voltar para o que Moçambique está a fazer. Aqui na Faculdade de Agronomia, quando cheguei encontrei os colegas a trabalhar em assuntos concretos e formámos uma equipa que chamamos de “Equipa Verde”, que estuda as políticas que o Estado desenvolve, os problemas que estão a existir na agricultura, no comércio, na produção, na água e nos solos. Recentemente tivemos uma palestra sobre os alicerces da “revolução verde”, que resultou dos estudos que fizemos, e apresentámos o nosso pensamento sobre o que deve ser considerado para o desenvolvimento. Parte deste conhecimento foi também dado àqueles que estão a fazer a agricultura. Formámos uma equipa e essa equipa vai fazer o que propusemos e também o que o Ministério da Agricultura quer. É preciso fertilizar os solos e adubá-los. Mas a adubação que está a ser usada foi desenvolvida há 20 ou 30 anos. São adubos compostos, que muitas vezes não servem para aquilo que queremos fazer. Então, um dos trabalhos que estamos a fazer é constituir equipas para fazer o levantamento dos solos e ver qual é a quantidade de nutrientes que existe nestes solos e tentarmos ver com cartas tecnológicas que especificam a cada um dos distritos prioritários e identificar quais são as dotações de fertilizantes que são necessárias. É um trabalho que estamos a preparar. Recebemos do Ministério da Agricultura (MINAG) o plano de acção que nos diz quais são os distritos prioritários, as culturas principais a serem feitas, quais os instrumentos a implementar. Nós estamos a fazer esta análise e quando olhamos para este trabalho, pensamos que é uma oportunidade que o MINAG nos deu de também fazermos parte do processo. Temos estudantes do terceiro e quarto anos que praticamente já fizeram a análise dos solos, de mercados, sabem avaliar as sementes, medir a percentagem e germinação de sementes, dar recomendações sobre pragas e doenças. Perdemos ainda 30 a 40 por cento da produção por ataques de pragas e doenças. Então, estamos a formar equipas com as quais iremos a todos os distritos definidos como prioritários.

MAIS DE 80 DISTRITOS ELEITOS

Maputo, Segunda-Feira, 15 de Setembro de 2008::
Notícias

EQUIPAS multidisciplinares, incluindo investigadores da Faculdade da Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane vão se deslocar a diferentes distritos do país, no âmbito da “revolução verde”, para imprimir uma nova dinâmica visando a melhoria das condições de produção e produtividade das

machambas. Que distritos foram eleitos para este trabalho, é a questão colocada a Firmino

Mucavele. Sobre esta matéria, Mucavele explicou:

FM - São pouco mais de 80 distritos de todas as províncias do país. Em cada um dos distritos vamos juntar às delegações provinciais da Agricultura e aos Conselhos Consultivos distritais para pegarmos no plano 2008/09 do MINAG e procurarmos os elementos que faltam para torná-lo mais viável. Por outro lado, informaram-nos que aquilo que era o orçamento do MINAG foi aumentado. Então, pretendemos fazer algumas coisas, que são, nomeadamente, avaliar a aptidão dos solos para desenvolver as cartas tecnológicas; atacar a frente das sementes; saber quais são as sementes que estão disponíveis, quais as variedades e quais são as que faltam para sairmos dali com um plano de produção de sementes nacionais e também de exportação. Aliás, no caso em que se vai exportar, vamos participar na verificação dessa semente, da sua qualidade e multiplicação.

NOT - Moçambique tem semente para exportar?

FM - Acho que ainda não estamos na altura de exportar semente. Aquela que temos deveria ser toda usada aqui mesmo e importar mais. Mas, mesmo aí, devemos procurar saber se a semente importada é adequada. Aí, deve ser avaliada e fazer-se o teste de germinação antes de comprarmos definitivamente grandes quantidades. No sector familiar, as tecnologias a usar serão a tracção animal. Vamos estudar com o MINAG qual é a experiência de utilização de tracção animal, mas aconselhamos que não se deve pôr de lado a utilização de tractores. **NOT – Parece-nos que a mecanização agrária deveria ser a prioridade, porque tracção animal significa usar charruas e a área trabalhada acaba sendo pequena e a produção é baixa. Que comentários, Doutor?**

FM - São pequenas áreas. De notar que nós gostaríamos que empresas de média e pequena dimensão intervissem. Essas têm de utilizar a mecanização agrária para aumentar de uma forma considerável a produção. Uma outra frente em que queremos trabalhar é das pragas e doenças. A maior parte das vezes não é que os moçambicanos não produzem bem, mas na fase vegetativa temos ataques cerrados de pragas e doenças. Temos especialistas que vão participar na identificação das principais pragas e nas melhores formas de combatê-las. Já temos aqui, por exemplo, culturas de insectos que são predadores de outros insectos nocivos à agricultura. A outra frente é de melhoramento de plantas, nos casos em que temos que usar a propagação vegetativa. Temos aqui laboratórios onde estamos a fazer isso. Também estamos a fazer a selecção, adaptação e multiplicação da semente. Esta é também uma grande frente em que estamos a trabalhar.



(F. Laice)

CRIAR EMPRESAS PRIVADAS PARA COMPRAR A PRODUÇÃO

Maputo, Segunda-Feira, 15 de Setembro de 2008:: Notícias

O esforço que está a ser feito visando o melhoramento da produção e da produtividade não vai encontrar eco, em virtude de existirem dificuldades de mercado para a colocação do excedente da produção nas zonas rurais. Este é um problema que parece não ter solução imediata, tendo em conta a intransitabilidade das vias de acesso. Como resolver este problema perguntámos a Firmino Mucavele. Sobre esta questão disse:

FM - Quando dizemos que temos que aumentar a produção, a pergunta feita é: para vender onde? Para armazenar onde e como? E nós vamos dizer que temos que criar empresas privadas que poderão fazer a comercialização dos produtos e, onde não é possível, o Estado aparecerá como comprador de último recurso. O comprador de último recurso deve ter dinheiro, mas quando chega a hora de desempenhar este papel, o Estado já não tem dinheiro para o efeito. Então, aí há problemas. É necessário sincronizar a cadeia de comercialização entre o MINAG, o Ministério do Comércio (MIC) e o sector privado, de tal forma que nas zonas prioritárias dos distritos destacados no Plano de Acção já exista um programa exequível, concreto, com calendarização. Porque sabemos mais ou menos quando é que será a colheita, a Universidade vai ajudar mais no sentido de usar os conhecimentos que tem, as potencialidades de planificação e de execução destes planos juntamente com o MINAG, as direcções provinciais, o MIC e o Ministério da Planificação e Desenvolvimento.

NOT - **A partir de quando vai esse plano ser executado?**

FM - Já estamos a executá-lo, porque o Ministério já tinha o plano e trouxe-o para aqui. O que nós fizemos foi pegar no plano e ver as actividades previstas e destacar quem faz o quê, qual é o aspecto em que a Universidade pode entrar. O ministro também deu-nos áreas onde queria que entrássemos, especialmente na avaliação dos solos, desenho das cartas tecnológicas e a validação de projectos para a produção de sementes. Nós estamos a trabalhar exactamente sobre isso e acho que na

altura própria o Governo vai falar sobre isso. Vamos convidar-vos quando os nossos alunos do terceiro e quarto anos saírem para as províncias no âmbito deste programa. Portanto, estamos a preparar os jovens para saberem o que vão fazer quando chegarem às províncias. Eles já sabem como tirar uma amostra de solo, como classificá-la, mas estamos a fazer de tal forma que possamos em pouco tempo ocupar todas as províncias, porque este trabalho que estamos a fazer agora deveria ter sido feito em Março. Já estamos atrasados, porque Setembro deveria ser altura da sementeira e a sementeira faz-se 60 dias depois da primeira lavoura e gradagem e depois da segunda lavoura e gradagem, para quando chegarem as primeiras chuvas lançar a semente. Entretanto, apreciamos esta colaboração, o facto de o Governo, através do MINAG, ter-se aproximado da Universidade e constituir estas equipas, porque, aliás, sempre dizíamos que falta envolver-nos de uma forma muito profunda.

Delfina Mugabe

=====

Savana 29 de Agosto de 2008

PAG 12 PAIS

ECONOMICANDO

Por Joao Mosca

Recuperação do modelo económico colonial

Este texto tem como objectivo verificar se o recente percurso económico de Moçambique possui ou não diferenças com o modelo económico colonial. Para o efeito são considerados como elementos analíticos, os seguintes:

- * Os padrões de acumulação (onde se realizam, como se transferem e se distribui a acumulação).
- * Sectores e grupos sociais geradores e beneficiários da acumulação.
- * Papel do Estado na economia.
- * Alianças políticas e relações destas com a economia.

Apresenta-se primeiramente as características mais importantes do modelo colonial e seguidamente as similitudes e diferenças com a prática actual no país, considerando os elementos analíticos eleitos para a análise.

O modelo económico colonial assentava nos seguintes pressupostos e objectivos:

- * Extracção de excedentes económicos (sobretudo recursos naturais, bens agrícolas e mão-de-obra) para o exterior (na altura Portugal), com base em sectores intensivos em trabalho para aproveitamento do factor produtivo menos escasso e barato.

* Consequentemente, um padrão de acumulação privado, centrado nos sectores relacionados com o exterior, sendo esta realizada principalmente no estrangeiro (Portugal).

* Secundarização da agricultura e transferência de recursos do campo para a cidade e para o exterior.

* Subjugação das economias locais (chamadas na altura de “tradicionais”, hoje “informais”) pelas economias “modernas” (hoje “empresariais”), estabelecendo-se relações de funcionalidade, cujo desenvolvimento dependia das necessidades de acumulação do segundo sector.

* Políticas de *urban bias* para benefício dos colonos que residiam maioritariamente nas cidades e desenvolvimento de sectores considerados então prioritários para a colonização.

* Estado intervencionista e proteccionista dos sectores internos desde que relacionados com o exterior não português, fiscalizador e regulador, sobretudo em defesa dos interesses económicos do capital português e da missão colonial.

O que se passa actualmente em Moçambique?

Primeiro, a economia de Moçambique, assenta sem dúvida na extracção de recursos minerais (areias pesadas, pedras semi-preciosas, carvão, etc.), energéticos (hidráulicos e gás), agrícolas (açúcar, algodão, tabaco, etc.) e pescas, cujo destino principal é a exportação. Iguamente nos serviços para o *hinterland*. As

tecnologias utilizadas são intensivas em trabalho, umas das poucas vantagens oferecidas aos investidores. O que há de novo? Mais e melhores comunicações, alguns grandes projectos e uma maior exploração de recursos, como é o caso do gás. Também, a paralisação ou baixa exploração dos recursos existentes e das capacidades instaladas, agora obsoletas em muitos casos.

Segundo, é evidente que o fundamental da acumulação transfere-se, como no passado, para o exterior.

Surge agora, uma classe capitalista nacional que se beneficia de rendas ou de lucros, nem sempre correspondentes à participação real em capital ou conhecimento, mas sim ao tráfego de influências.

Antes, também havia uma classe capitalista cuja acumulação se iniciou em Moçambique, estrangeira (pelo menos no momento da independência), mas empreendedora e produtiva. Hoje existe sobretudo uma elite de renda. Terceiro, a agricultura continua marginalizada e os pequenos produtores ainda mais. Com excepção de alguns produtos de exportação, as políticas e os recursos não se destinam aos pequenos produtores ou, à sua transformação económica e social. É no meio rural, com poucas excepções, onde menos se investe nos

serviços públicos, em infra-estruturas e em apoios aos produtores e aos cidadãos. A economia informal é

aliada económica do governo porque atenua a pobreza, criando algum emprego, prestando serviços e

produzindo bens que a chamada economia “formal” não satisfaz, simultaneamente que liberta recursos para

os sectores onde se concentram os interesses das elites e “acalma” os pobres. A economia informal reproduz-se

por mecanismos que pouco têm a ver com políticas públicas específicas. Muito parecido entre os dois momentos em análise.

Quarto, o Estado agora, protege quanto pode. Antes protegia no que lhe interessava. O protecționismo colonial pretendia defender os interesses de Portugal e dos portugueses; hoje, apoia o capital externo (porque

a indústria com capitais internos é muito exígua).

Hoje, o Estado vive fundamentalmente de financiamentos e

donativos externos; no passado, a metrópole recebia recursos das colónias. O Estado colonial intervinha directamente na economia desde que isso interessasse aos objectivos da acumulação na metrópole e à

consolidação do poder; actualmente, as intervenções públicas são para facilitar a acumulação dos interesses

económicos e em defesa do poder.

O que persiste no essencial? A acumulação centrada no exterior, a extracção de recursos, a exploração do factor trabalho, a marginalização do meio rural e a secundarização da agricultura. O que mudou de fundamental? De um Estado discriminatório através da regulação existe outro, que desregulando, beneficia elites. O capitalismo colonial, dependente e regulado passou a capitalismo selvagem e de mão estendida.

Melhorou o acesso à educação e saúde mas piorou a qualidade destes serviços. Há mais infra-estruturas rodoviárias mas as ferroviárias são, no respectivo contexto, muito menos eficientes. Mudou a coloração da maioria dos agentes económicos locais, porque o principal da riqueza realizada continua a ser exportada. O discurso de que os recursos são nossos é, talvez, mais que uma meia mentira e menos que meia verdade.

Estes eram os objectivos da libertação nacional? O discurso oficial antes e após a independência é radicalmente diferente. Muito provavelmente, para alguns dirigentes de então que permanecem no poder, esta era a agenda subterrânea mas real, assente em alianças pacientes a longo prazo, em pactos de silêncio e não sei em quê mais.

Possivelmente em muito, muito mais. A história o revelará.